

CEC 2018

ANAIS DO V CONGRESSO DE EXTENSÃO
E CULTURA DA UFPEL



PR
Pró-Reitoria de
EC
Extensão e Cultura



4ª SIIPE
SEMANA INTEGRADA
UFPEL 2018

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901

C749a Congresso de Extensão e Cultura da UFPel (5.: 2018: Pelotas)
Anais do... [recurso eletrônico] / 5. Congresso de Extensão e
Cultura da UFPel ; org. Francisca Ferreira Michelin... [et al.]. –
Pelotas: Ed. da UFPel, 2018. - 1663p. : il.

ISSN: 2359-6686

Modo de acesso: <[https://wp.ufpel.edu.br/congressoextensao/
anais-2018/](https://wp.ufpel.edu.br/congressoextensao/anais-2018/)>

1.Extensão. 2.Cultura. 3.Museus. I.Michelon, Francisca Fer-
reira. II.Título.

CDD: 378.1554



V CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA

ORGANIZAÇÃO

Comissão Científica V CEC

Francisca Ferreira Michelin – Presidente
Andrea Lacerda Bachettini
Elcio Alteris dos Santos
Felipe Fehlberg Hermann
João Fernando Igansi Nunes
Silvana de Fátima Bojanoski

Comissão Organizadora V CEC (acadêmicos)

Adelino Silveira Soares Junior
Amanda Severo Medeiros
Andréia Skupien Bianchini
Bárbara Moraes
Betina Dummer Uczak
Gabriel Moura Pereira
Joice Vieira Soares
Larissa de Carvalho Raulino
Larissa Koch Strelow
Larissa Xavier Rodrigues
Letícia Rehbein Jeske
Lisiane Gastal Pereira
Luis Gustavo de Pinho Amaral
Marlene dos Santos de Oliveira
Natália Marroni Marques
Nicole Fernandes da Silva
Rafael Nolasco
Sarah Aguiar Marçal

Reitor

Pedro Rodrigues Curi Hallal

Vice-Reitor

Luis Isaias Centeno do Amaral

Chefe de Gabinete

Paulo Roberto Ferreira Júnior

Pró-Reitor de Ensino

Maria de Fátima Cássio

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Otávio Martins Peres

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Gestão da Informação e Comunicação

Julio Carlos Balzano de Mattos

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Sérgio Batista Christino

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Mário Renato de Azevedo Júnior

Comissão Organizadora V CEC

Ana Carolina Oliveira Nogueira
Elias Lisboa dos Santos
Jerri Teixeira Zanusso
Mateus Schmeckel Mota
Matheus Blaas Bastos
Nádia Nájara Krüger Alves
Rogéria Aparecida Cruz Guttier

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Francisca Ferreira Michelin

Coordenador de Arte e Inclusão

João Fernando Igansi Nunes

Coordenadora de Patrimônio Cultural e Comunidade

Silvana de Fátima Bojanoski

Coordenador de Extensão e Desenvolvimento Social

Felipe Fehlberg Herrmann

Núcleo de Ação e Difusão Cultural

Matheus Blaas Bastos

Núcleo de Formação, Registro e Acompanhamento

Ana Carolina Oliveira Nogueira
Rogéria Aparecida Cruz Guttier

Seção de Integração Universidade e Sociedade

Elcio Alteris dos Santos

Seção de Captação e Gestão de Recursos

Mateus Schmeckel Mota
Elias Lisboa dos Santos

Seção de Mapeamento e Inventário

Andrea Lacerda Bachettini

Secretaria

Nádia Najara Kruger Alves

Design Editorial

Natália Marques

Foto da capa

Micael de Oliveira Carvalho
Fórum Social da UFPel



A UNIVERSIDADE DO ENCONTRO E DA INCLUSÃO: A UNIVERSIDADE DA EXTENSÃO

O tema celebrado pela 4ª Semana Integrada de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão (SIIPE) da UFPel indicou a importância da Reforma Universitária de Córdoba como o norte a ser seguido pela concepção de ensino superior que gostaríamos de ver orientando as nossas decisões acadêmicas. O documento, datado de 21 de junho de 1918, que veio a ser conhecido pelo título "Manifesto de Córdoba", expressava o inconformismo dos estudantes daquela época com o modelo de universidade que servia a poucos e que, isolada, vivia para si. A Reforma deu início a um movimento que se propagou para outros países. Chegou, também, no Brasil, com ecos menos intensos, mas ainda assim, influentes.

O centenário do Manifesto foi eleito como inspiração para essa Semana, dando continuidade à concessão do título *Honoris Causa* ao sociólogo Boaventura de Souza Santos, que em 4 de junho recebeu a condecoração em cerimônia realizada pela UFPel e UCPel. Na ocasião, o sociólogo ressaltou que compete às universidades propor e sustentar projetos voltados aos interesses sociais. Essa é uma das finalidades mais determinantes da Extensão Universitária.

Dando início a 4ª SIIPE, a conferência de abertura foi proferida pelo professor da Universidade Nacional de Córdoba, Francisco Tamarit, coordenador geral da Conferência Regional de Educação Superior para a América Latina e Caribe, ocorrida em junho último, em Córdoba. Diante de um público atento, Tamarit firmou que as universidades constituem uma possibilidade de futuro para a América Latina, "região injusta, desigual e violenta". Se houver convergência e união, poderemos ser instituições melhores, atentas e ativas sobre as necessidades das populações. E dar atenção à voz das comunidades é uma das competências que caracterizam a Extensão.

A Extensão universitária também é uma forma de resistência. Resistência ativa, que aposta que o diálogo, resultado do encontro e a inclusão, resultado da democratização do acesso, podem gerar caminhos para as nossas sociedades evadirem dos estados penosos de misérias que as consomem.

No ano em que solicitamos aos cursos de graduação o atendimento à Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, que curriculariza a Extensão universitária nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, estamos confiantes em alguns resultados que a UFPel apresenta, no conjunto dos trabalhos registrados no Congresso de Extensão e Cultura.

A quase totalidade dos trabalhos inscritos foi apresentada. E os Anais do 5º Congresso de Extensão e Cultura, inserido na SIIPE, registram todos os que efetivamente o foram. A cada sessão, os debatedores destacaram uma apresentação entre todas daquela sala. O que deveria ser observado no relato do estudante para a eleição era como a experiência extensionista exercia impacto na sua formação, de tal modo que os assistentes pudessem compreender como as diretrizes da Extensão estavam sendo vividas na atividade relatada.

Vimos observando que o conceito de Extensão Universitária, vem, oportunamente, sendo superado. Muitos de nós já não a entendem como aplicação pura do conhecimento adquirido nos bancos escolares pelos estudantes acompanhados de seus professores. Vimos isso em uma quantidade expressiva dos trabalhos apresentados. Esses, em diferentes áreas, indicam que a flexibilidade inerente à prática extensionista está gerando circunstâncias nas quais se evidencia a compreensão da realidade advinda da aproximação dos universitários com ela. Tal compreensão ocorre em uma prática dialógica de integração com grupos que não pertencem ao ambiente universitário. E a integração promove o descortinar de diferentes pontos de vista. Com o somatório de tais pontos, a realidade na sua concretude se apresenta como o grande desafio a ser entendido. Que excelente formação estamos promovendo aos nossos alunos: dinâmica, viva, intensa e crítica.

Finalizo lembrando que a Extensão é uma forma pacífica de promover mudanças profundas no ensino, porque ativa a capacidade de diálogo da universidade com a sociedade na qual se insere. Com esse diálogo podemos formular as perguntas que nos motivam a buscar a superação dos estados que afligem as comunidades ou a intensificação de outros que as melhoram. A Extensão nos faz saber, porque nos faz ver, que o conhecimento pode ser transformador. Se compartilhado, pode se tornar integrador e, assim, nos fazer conscientes de que o bem coletivo é o caminho que propicia o viver melhor em sociedade.

Francisca Ferreira Michelin
Pró-Reitora de Extensão e Cultura

SUMÁRIO

GRUPO PSICOEDUCATIVO PARA MENINAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL ATENDIDAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO GRANDE

ANA CAROLINA DE SOUZA FONSECA; SIMONE DOS SANTOS PALUDO

9

UM OLHAR CRIMINOLÓGICO SOBRE O PROJETO MÃO DE OBRA PRISIONAL (MOP) DE PELOTAS/RS

DIENIFER JACOBSEN RACKOW; BRUNA EDUARDA ROLOFF; LEONARDO MEIRELES OLIVEIRA; SÍRIA FERREIRA; LUCAS BRAUNSTEIN DA CUNHA

12

FÓRUM SOCIAL DA UFPEL: UM NOVO OLHAR DA COMUNIDADE SOBRE A UNIVERSIDADE

NICOLE FERNANDES DA SILVA; LARISSA XAVIER RODRIGUES; BETINA DUMMER UCZAK; FELIPE FEHLBERG HERRMANN

15

VIVENDO NA NEBLINA: A REPRESENTATIVIDADE DE HOMENS TRANS NO MOVIMENTO LGBT+

RENATA DUARTE; LOUISE PRADO ALFONSO

18

APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE ENSINO E EXTENSÃO RELAÇÕES ÉTNICO/RACIAIS UCPEL

THAIS CAROLINA COITINHO; CARLA ÁVILA

22

JOÃO DE BARRO ESCRITÓRIO MODELO DE ARQUITETURA E URBANISMO: EXPLORANDO OS LIMITES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SUPERANDO O MODELO DE PRODUÇÃO DE ARQUITETURA A PARTIR DE PRÁTICAS POPULARES E INCLUSIVAS

VINÍCIUS DIAS DE PAULA; ADRIANA TEIXEIRA CAMISA; ANDRÉIA TEIXEIRA CAMISA; THIFANI GOMES ORTIZ MACHADO; NADIANE FONTES CASTRO; ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES CARRASCO

26



**DIREITOS HUMANOS
E JUSTIÇA**

GRUPO PSICOEDUCATIVO PARA MENINAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL ATENDIDAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO GRANDE

**ANA CAROLINA DE SOUZA FONSECA¹;
SIMONE DOS SANTOS PALUDO²**

¹Universidade Federal do Rio Grande – *carolina.ana243@gmail.com*

²Universidade Federal do Rio Grande – *simonepaludo@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes pode ser caracterizada como a interação sexual entre uma criança ou adolescente e um indivíduo que se encontra em etapa do desenvolvimento superior. Este tipo de violência pode ocorrer com ou sem contato físico e tem como finalidade a gratificação sexual do agressor (HABIGZANG et. al, 2006). O contexto também varia, podendo ser intrafamiliar ou extrafamiliar. As pesquisas apontam que a maioria dos casos de violência sexual ocorre no âmbito familiar e é perpetrada por alguém que possui vínculo com a criança (HABIGZANG et. al, 2005). Em relação ao gênero das vítimas, os dados epidemiológicos indicam que as meninas costumam ser mais vitimizadas do que os meninos (VON HOHENDORFF et. al, 2015).

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS é uma unidade pública estatal criada para atender indivíduos que sofreram alguma violação de direitos, como a violência sexual. Os grupos com crianças e adolescentes são uma modalidade de atendimento oferecida pelo serviço e se configuram como um conjunto de ações psicoeducativas e de apoio. O objetivo do presente trabalho é descrever as atividades realizadas em um grupo para crianças vítimas de violência sexual no CREAS do município de Rio Grande.

2. METODOLOGIA

O grupo foi realizado com 8 meninas com idades entre 8 e 12 anos que vivenciaram algum episódio de violência sexual. Elas foram inicialmente atendidas de forma individual por um psicólogo do CREAS e após isso encaminhadas para participação em grupo. Os grupos são organizados de acordo com a faixa etária e tipo de violência e possuem frequência semanal.

O modelo de intervenção grupal utilizado foi o psicoeducacional, que tem como finalidade a troca de experiências entre os participantes e orientações sobre questões relacionadas à situação de violência (BARROS & FREITAS, 2016). O grupo foi composto por 10 sessões e coordenado por um psicólogo e uma estagiária em psicologia. O primeiro e o último encontro foram feitos apenas com os responsáveis e os outros oito com as crianças. As sessões contaram com atividades previamente estruturadas e tiveram duração de uma hora e trinta minutos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre as oito meninas encaminhadas para o grupo, cinco participaram de todos os encontros, enquanto as outras três tiveram algumas ausências. Na primeira sessão foram estabelecidos os objetivos do grupo e realizada uma dinâmica de apresentação. A atividade consistiu em cada participante responder perguntas referentes a si. Nas respostas foi possível observar que aspectos da realidade delas foram trazidos. Em um primeiro momento as crianças estavam tímidas, mas com o passar do tempo demonstraram entusiasmo e contribuíram com sugestões para os próximos encontros. Na segunda sessão foi realizada uma atividade que teve como propósito a identificação e nomeação de emoções como medo, tristeza, raiva, alegria, culpa e amor através de ferramentas lúdicas.

No terceiro encontro foram abordados os tipos de violência. O recurso utilizado foram histórias que continham uma situação de violação de direitos. A seguir foi solicitado que as crianças reconhecessem o tipo de violência e indicassem uma pessoa que poderia auxiliar na resolução do conflito. Por fim, foi pedido que identificassem figuras que consideravam protetivas em suas vidas. A quarta sessão teve como objetivo a discussão do Estatuto da Criança e do Adolescente e dos direitos e deveres das crianças. Foi exibido um breve desenho animado sobre o assunto e confeccionado um painel contendo aspectos da lei que as participantes consideraram mais relevantes. A seguir, foi feito um jogo sobre os órgãos de proteção à criança e ao adolescente. Foram sorteados os nomes dos principais órgãos e feita uma discussão sobre as funções de cada um. As meninas apresentaram muita articulação com o tema e trouxeram experiências que tiveram em cada local.

No quinto encontro foi proposto um treino de habilidades voltado para o desenvolvimento de estratégias de proteção. Foi sugerido que o grupo criasse uma história contendo uma situação de risco e organizasse uma dramatização apresentando um desfecho. Todas as crianças se engajaram em realizar a atividade e relataram ter sido uma forma divertida de abordar um assunto sério. O objetivo da tarefa era provocar a reflexão sobre formas de se proteger e evitar futuras revitimizações. Na sexta sessão ocorreu a oficina sobre sexualidade que teve como intuito a discussão de questões referentes à puberdade, autocuidado, métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis, etc. Foram utilizadas imagens do corpo humano, desenhos animados e jogos sobre o assunto.

A atividade proposta na sétima sessão explorou as expectativas das participantes em relação ao futuro. Foi solicitado que cada uma fizesse dois desenhos, um sobre a sua vida atual e outro sobre como a imaginavam no futuro. Os desenhos e a roda de conversa realizada após a tarefa demonstraram que as todas as meninas possuíam planos profissionais organizados para o futuro. No último encontro foi organizada uma sessão de cinema a pedido das participantes. Ao final, elas forneceram um feedback espontâneo e positivo sobre os encontros. Além disso, alguns pais informaram que o desempenho escolar e as habilidades de comunicação de algumas crianças melhoraram após a participação no grupo.

4. CONCLUSÕES

O abuso sexual é um fenômeno que pode causar graves prejuízos no desenvolvimento da criança e do adolescente. Devido a isso, se faz necessária a elaboração de intervenções voltadas para as vítimas. Os grupos são uma

possibilidade de atendimento nessas situações que buscam interromper o ciclo de violência e reduzir os danos causados no sujeito.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Amailson Sandro.; FREITAS, Maria de Fátima Quintal. Grupo psicoeducacional com pais em situação de violência contra filhos: relato de experiência. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, v.15, n.2, pp. 137-148, 2016.

HABIGZANG, Luísa F.; Hatzenberger, Roberta.; CORTE, Fabiana.; Stroehel, Fernanda.; KOLLER, Sílvia H. Grupoterapia cognitivo-comportamental para meninas vítimas de abuso sexual: descrição de um modelo de intervenção. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 18, n.2, pp. 163-182, 2006.

HABIGZANG, Luísa F.; KOLLER, Sílvia H.; AZEVEDO, Gabriela.; & MACHADO, Paula. Abuso Sexual Infantil e Dinâmica Familiar: Aspectos Observados em Processos Jurídicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 21, n. 3, pp. 341-348, dez.2005

VON HOHENDORFF, Jean.; KOLLER, Sílvia H.; HABIGZANG, Luísa F. Psicoterapia para Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual no Sistema Público: Panorama e Alternativas de Atendimento. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 35, n.1, pp. 182-198, mar. 2015.

UM OLHAR CRIMINOLÓGICO SOBRE O PROJETO MÃO DE OBRA PRISIONAL (MOP) DE PELOTAS/RS

DIENIFER JACOBSEN RACKOW¹; BRUNA EDUARDA ROLOFF²; LEONARDO MEIRELES OLIVEIRA³; SÍRIA FERREIRA⁴; LUCAS BRAUNSTEIN DA CUNHA⁵.

¹ Acadêmica de Direito na Universidade Federal de Pelotas – dieniferrackow@gmail.com

² Acadêmica de Direito na Universidade Federal de Pelotas – brunaroloff@gmail.com

³ Acadêmico de Direito na Universidade Federal de Pelotas – leonardomeireles@ymail.com

⁴ Acadêmica de Direito na Universidade Federal de Pelotas – siriaferreira.s@gmail.com

⁵ Orientador. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande – Aluno especial no Mestrado em Direito da Universidade Federal de Pelotas – bc_lucas@live.com

1. INTRODUÇÃO

A partir de uma análise dos discursos justificadores da pena, principalmente o proposto pelas Teorias de Prevenção Especiais – ressocialização, reinserção, reintegração –, o presente trabalho tem por objetivo identificar as atividades remuneradas desenvolvidas pelos detentos no projeto “Mão de Obra Prisional (MOP)” do Município de Pelotas/RS.

O projeto “Mão de Obra Prisional” propõe-se a trabalhar com a ressocialização do apenado, dando autonomia para que eles realizem diversas funções das quais tenham conhecimento pregresso. Assim, são empregados para manutenção e construção de locais públicos pertencentes à Prefeitura.

Por meio de entrevistas, analisar-se-á, de forma empírica, a forma de surgimento do projeto, a opinião dos participantes sobre ele, e suas avaliações no que tange a importância desse programa para a reinserção dos detentos ao meio social.

Visa-se também uma análise comparada entre os porquês do surgimento do processo, as opiniões sobre a função da pena dos participantes e os objetivos do projeto com as Teorias da Pena e suas justificativas.

2. METODOLOGIA

Tem-se que o método utilizado será predominantemente dedutivo. Inicialmente, realizar-se-á uma revisão bibliográfica sobre o tema através de autores que discorreram sobre o aprisionamento e métodos de ressocialização, além de manuais de criminologia.

Após, será feita uma pesquisa empírica de caráter qualitativo com os participantes do projeto Mão de Obra Prisional e recolhimento de dados na cidade de Pelotas/RS.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora o debate acadêmico acerca da prisão e seus efeitos não seja recente, falar de prisão traz sempre grandes controvérsias. Uma das principais questões do sistema carcerário, dentre as várias existentes, é a superlotação. Em relação à população prisional, de acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), em 2016, o Brasil ocupava o terceiro lugar no ranking dos países que mais prendem no mundo (atrás apenas dos Estados Unidos e da China). Além disso, os dados apresentados mostram que há

uma taxa de ocupação média de 197,4% em todo o país. Dados que reforçam a lamentável realidade no sistema prisional brasileiro.

Frente à crise que se instaura no sistema prisional, é preciso expor as análises das teorias criminológicas. Dentre estas formulações, que atestam e levantam críticas em torno da prisão, Foucault (2014), destaca que as prisões não diminuem a criminalidade, pelo contrário, conceder o status de criminoso a alguém é precisamente sua função.

Segundo Bauman (1999), a grande discussão penal, desde o seu início até hoje, volta-se para análise das casas de correção. A questão é se elas algum dia preencheram seu propósito declarado de reabilitar, trazendo os detentos novamente ao convívio em sociedade de forma ideal.

A Constituição Brasileira prevê expressamente a responsabilidade do Estado perante todos os cidadãos, garantindo direitos e deveres fundamentais. Porém, o que se observa, muitas vezes, é que essa teoria não se faz concreta no ambiente prisional brasileiro, principalmente quando observada a superlotação e o tratamento desumano dado aos detentos nos presídios.

Àqueles em cumprimento de sentença é, ainda, reafirmado garantias de seus direitos através da Lei nº 7.210 - Lei de Execução Penal (LEP), logo no Art. 10: “A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”. Assim, a ressocialização dos detentos aparece como uma alternativa contundente com os preceitos da Constituição.

Ainda, segundo Salo de Carvalho (2014), o advento da Lei de Execução Penal de 1984, tematiza o projeto punitivo e o molda a partir de uma noção de ressocialização.

A opinião corrente, diante da constatação da falência do sistema carcerário, constata a inviabilidade da prisão no que tange ao seu objetivo de ressocialização. Porém, emergem alguns programas que são realizados fora do ambiente prisional.

Diante disso, este trabalho visa analisar iniciativas, como o projeto MOP, criadas no contexto da comunidade e que visam à reinserção do preso à sociedade e reconstrução de sua identidade, conforme previsto na Lei de Execução Penal brasileira, cujo diploma é considerado um dos mais avançados do mundo e, se cumprido, permitirá a reeducação de uma parcela significativa da população carcerária.

A partir da análise e do estudo comparado entre as Teorias da Pena e do projeto, pretende-se verificar as consonâncias e dissonâncias entre um projeto surgido de forma prática – sem esquema ou plano de ação – e a teoria.

O projeto MOP, desenvolvido em Pelotas, coloca-se como uma alternativa que visa ressocializar pelo trabalho e pela autonomia dada ao preso, afirmando o pleno exercício da sua liberdade, personalidade e existência. O que se pretende é analisar, também, sua efetividade, sua abrangência e seus resultados.

4. CONCLUSÕES

O presente trabalho encontra-se em fase de construção, tendo seus resultados finais esperados para o final do segundo semestre de 2018.

O que se pretende é, a partir de leituras e análises diversas, avaliar as proposições de cada segmento das Teorias da Pena, correntes sociológicas contrárias e favoráveis a projetos como o estudado, momento em que será realizada uma pesquisa empírica no sentido de observar na prática o projeto Mão de Obra Prisional em Pelotas/RS, buscando-se avaliar quais proposições se

constatam mais efetivas e mais abrangentes na sociedade em que vivemos, com seus padrões e pensamentos intrínsecos à sua cultura.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As consequências humanas**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BRASIL, **Lei de execução penal**. Lei 7.210 de 11 de julho de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210compilado.htm> Acesso em: abril de 2018.

CARVALHO, Salo de. **Anti-Manual de Criminologia**. 6º Edição. Editora Saraiva, 2014.

DEPEN, **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf> Acesso em: 16 de junho de 2018.

FÓRUM SOCIAL DA UFPEL: UM NOVO OLHAR DA COMUNIDADE SOBRE A UNIVERSIDADE

NICOLE FERNANDES DA SILVA¹; LARISSA XAVIER RODRIGUES²; BETINA DUMMER UCZAK³; FELIPE FEHLBERG HERRMANN⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – nicolefernandes1995@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – xrlarissa@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas - betina.uczak@hotmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – herrmann.ufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A extensão possui papel importante ao se tratar de contribuições frente à sociedade. A Universidade deve apresentar a extensão para a comunidade em geral, proporcionar diálogos entre as partes envolvidas e desenvolver ações que contribuam com a qualidade de vida dos cidadãos, (RODRIGUES et al. 2013).

A colaboração da Universidade com a comunidade é de grande relevância, já que esta devolve à sociedade o investimento no ensino e nestas ações, além disto, a extensão colabora com a formação de alunos e pessoas, pois ganham aprendizado ao desenvolver estas práticas.

Neste contexto, é possível citar o Fórum Social da UFPel, um projeto conduzido pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pelotas, o qual teve o início das atividades no ano de 2014.

Atualmente, o projeto é coordenado pelo professor Dr. Felipe Herrmann, Coordenador de Extensão e Desenvolvimento, o Fórum Social promove encontros onde há o debate de temáticas de importância e demanda social. Os encontros são mensais, e os temas são escolhidos pelos conselheiros do Fórum Social.

O Fórum é um espaço de natureza participativa, que tem por finalidade representar a comunidade civil organizada perante à UFPel, visando que a instituição possa acompanhar, assessorar e a propor, junto com as entidades, ações que contribuam para a melhoria da realidade social e para o pleno exercício da cidadania, no âmbito da nossa região.

Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é apresentar o Fórum Social e a metodologia adotada em algumas ações.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho de extensão vem sendo realizado com a colaboração de professores, alunos, bolsistas e servidores da Universidade Federal de Pelotas.

O trabalho vem ampliando a participação das representações de comunidade por meio da sensibilização de participantes de atividades passadas, por meio de convites e ligações, ressaltando a importância da participação da comunidade em conjunto com a Universidade e o quanto isto iria contribuir positivamente.

O local indicado inicialmente para os encontros do Fórum, por localização e também por ser uma referência histórica no Município de Pelotas, foi o auditório no Museu do Doce. Uma nova metodologia vem sendo adotada em relação ao local de realização do Fórum Social. Inicialmente as reuniões do Fórum eram realizadas nas dependências das UFPel, como citado anteriormente, no entanto, através de conversas nos encontros, entre os participantes representantes das

associações e comunidade, e o representante do Fórum Social, decidiu-se que o Fórum iria para dentro das comunidades e associações, para aumentar a ligação entre Universidade e comunidade, e alcançar um número maior dos participantes.

Em relação às temáticas a serem debatidas, estas são escolhidas anteriormente a próxima reunião mensal, e a coordenação indica profissionais para debater os temas.

Além disto, a divulgação do Fórum Social começará a ser feita, também, a partir de um web site. Esta metodologia será adotada para alcançar um maior número de pessoas e também a comunidade acadêmica, que pouco participa dos eventos por não ter conhecimento sobre o Fórum.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O principal resultado deste trabalho, é a participação ativa dos membros da sociedade e comunidade acadêmica da UFPel, assim como variadas entidades nas atividades do Fórum Social.

As temáticas escolhidas para debate de cada mês, até o momento, foram as seguintes:

- Encontro 1: 10 de Maio: Direitos Humanos e Cidadania;
- Encontro 2: 21 de Junho: Mobilidade Urbana;
- Encontro 3: 12 de Julho: Mobilidade Urbana – Orientações e proposições para a construção de uma carta com indicações para o Plano de Mobilidade Urbana;
- Encontro 4: 23 de Agosto: Prevenção ao Uso de Drogas e Redução de Danos;

Os temas dos próximos encontros estão sendo estruturados com as comunidades, porém, cogita-se trabalhar com: educação ambiental e violência contra o idoso.

Os números de participações são claros e positivos:

- Encontro 1: 22 participantes
- Encontro 2: 24 participantes
- Encontro 3: 40 participantes
- Encontro 4: 54 participantes

4. CONCLUSÕES

Diante dos números apresentados, é possível notar a crescente participação da comunidade nos encontros do Fórum Social, isto expressa que a metodologia adotada no trabalho de sensibilização dos encontros vem trazendo resultados positivos. Ademais, o engajamento da comunidade acadêmica da UFPel vem aumentando e contribuindo para a maior inserção dos projetos de extensão e pesquisa junto a comunidade pelotense.

Além disto, nos encontros, é perceptível a maior colaboração de todos os envolvidos. Estes passaram a buscar melhorias para seus Bairros e entidades, diante das temáticas propostas, além de aumentar a interação entre Universidade e Sociedade e contribuir de fato com a Extensão.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RODRIGUES, A. L. L.; PRATA, M. S.; BATALHA, T. B. S.; COSTA, C. L. N. A.; NETO, I. F. P.; Contribuição da extensão universitária na sociedade. **Cadernos de Graduação – Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v.1, n.16, p. 141 - 148, 2013.

UFPel. **Fórum Social UFPel**, Pelotas. Acessado em 16 ago. 2018. Online. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/forumdeextensaoecultura/>

UFPel. **Pró-Reitoria de Gestão de Informação e Comunicação**, Pelotas, Acessado em 17 ago. 2018. Online. Disponível em: <https://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2018/07/18/forum-social-realiza-sua-primeira-reuniao-fora-do-ambiente-da-ufpel/>

VIVENDO NA NEBLINA: A REPRESENTATIVIDADE DE HOMENS TRANS NO MOVIMENTO LGBT+

RENATA DUARTE¹;
LOUISE PRADO ALFONSO²

¹Universidade Federal de Pelotas – renatinhaduarte22@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – louiseturismo@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O Encontro Regional Sul de Pessoas Trans de 2018 ocorreu entre os dias 24 e 27 de maio, na cidade de Pelotas, com o apoio da Prefeitura Municipal. O evento foi organizado pela Rede Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), uma das mais importantes associações de pessoas Trans do país, contando com a presença de representantes da Rede de Travestis e Transexuais, Homens-trans vivendo e convivendo com HIV/AIDS (RNTTTP) e da organização sem fins lucrativos, Homens Trans Em Ação (HTA) do Rio Grande do Sul.

Durante os dias do encontro estivemos presentes representando o projeto de extensão “Mapeando a Noite: O Universo Travesti”, desenvolvido pelo Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR), do Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas. Nossa participação no evento gerou um trabalho etnográfico para a disciplina de Antropologia no curso de Turismo, e motivou a realização desta pesquisa.

A observação participante realizada no evento nos possibilitou evidenciar a pouca representatividade de homens trans, tanto em número de participantes, como nos espaços abertos para fala. Entendemos como Homens Trans pessoas que foram designadas mulheres ao nascerem, mas que se identificam como homens. A representação ficou reservada ao único membro do HTA do Rio Grande do Sul presente, originário de Porto Alegre. Realizando comparativos com a cidade de São Paulo e a região sudeste do país, percebemos que os processos de liderança do movimento relacionado ao “T” na sigla LGBT+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e demais inclusões) são mais plurais, com o fortalecimento da representatividade dos Homens Trans.

O movimento “T”, como qualquer outro dentro do LGBT+, tem suas lutas e exigências pautadas em causas específicas. No entanto, é recorrente a acusação, principalmente contra lideranças gays, de exclusão das travestis e transexuais de importantes espaços de decisão política (CARRARA; CARVALHO 2013). Assim, é por meio da militância e do ativismo que ocorrem as ações contra o preconceito existente, que mesmo tendo sido debatido e discutido ao longo dos anos, continua se mantendo embasado em um sistema patriarcal tradicionalista.

Uma vez que o projeto “Mapeando a Noite: O Universo Travesti” vem a se ampliar para outras segmentações, envolvendo a orientação sexual e identidade de gênero, a representatividade, principalmente de Homens Trans, possui papel fundamental no processo de planejamento e realização de ações futuras com a comunidade LGBT+.

2. METODOLOGIA

Selecionamos a etnografia como método que é, em definição, um estudo descritivo de grande aprofundamento, e que se dá também da necessidade de examinar por que alguns eventos, vividos ou observados, nos surpreendem

(PEIRANO, 2014), servindo de contribuição para enriquecimento na área da pesquisa. Tratando-se de um método utilizado há muito por antropólogos. Um elemento caro à antropologia, a partir da compreensão de que a ciência em si não é neutra, trata-se da necessidade de certo afastamento durante o estudo para que se possa, de fato, estranhar o familiar em meio ao cotidiano, em que possibilita uma dimensão nova da investigação científica, de consequências radicais – o questionamento e exame sistemático do seu próprio ambiente (VELHO, 1981).

Além da observação, também utilizamos a análise de curtas que relatam parte da experiência de homens trans, abordando de maneira mais literária e poética vivências e questões muito pautadas dentro da comunidade ‘T’, como o processo de aceitação, reconhecimento e suas relações na sociedade e em meios acadêmicos.

A participação em eventos envolvendo a comunidade está dentre a metodologia utilizada no projeto “Mapeando a Noite: O Universo Travesti”, de forma a criar uma relação de maior aproximação da equipe de pesquisa com o movimento e a população LGBTQ+. A elaboração de etnografias nos permite compreender melhor as diferenciações e especificidades de cada um dos grupos que compõem a sigla em si, suas relações em âmbito social e os direitos que exigem perante a lei.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A abertura do evento aconteceu no Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Pelotas. Durante as apresentações dos (as) convidados (as) no primeiro dia tornou-se evidente a presença de um único homem transexual dentre as lideranças. Tal fato não pareceu causar quaisquer questionamentos nos (as) outros (as) presentes, já acostumados (as) com a evidenciação das mulheres transexuais e travestis como símbolos do movimento, fato que em cidades maiores, como a capital do estado de São Paulo, já vem sofrendo transformações, com outras partes atuando na militância e, também, na representatividade, tanto em mídias sociais como em outros aspectos. Isso se tornou evidente durante a 1ª Marcha do Orgulho Trans de São Paulo, ocorrida neste ano.

Em um diálogo com o representante do HTA foi possível entender que a participação dos homens transexuais em eventos como aquele, muitas vezes, não ocorria por falta de interesse dos próprios. E por ainda se tratar de um movimento um tanto quanto invisibilizado e estigmatizado na sociedade, bem como dentro da própria comunidade LGBTQ+, que carrega consigo muitas vezes o desconforto para aqueles que, em grande parte das situações, têm sua existência negada. Isso ocorre em grande medida pelo olhar falocêntrico que impregna as representações sobre a experiência masculina (ALMEIDA, 2012), gerado por uma quase necessidade da presença do órgão sexual pênis para que suas identidades sejam reafirmadas e legitimadas.

No decorrer dos dias tornou-se perceptível que o evento em si se voltava para as próprias lideranças, tendo público muito reduzido em alguns casos e, também, sendo pouquíssimo, ou quase nulo, o comparecimento de homens trans na plateia, mesmo com algumas das mesas redondas ocorrendo dentro de prédios da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), onde há a presença de homens trans no meio acadêmico.

Dentre os temas abordados, muito foi dito sobre a relação as experiências escolares dos (as) presentes e a alta taxa de evasão escolar da população travesti e transexual, motivada desde muito cedo pelo preconceito existente

dentro das escolas. Como é dito no curta Trans(verso), de 2016, que aborda as vivências de alguns homens trans do estado do Espírito Santo, “escola não era um lugar diferente, é para te fazer normativo, é pra te enquadrar, te moldar ao sistema”, a escola ainda se mostra, muitas vezes, como um universo excludente para quem não se enquadra no padrão estabelecido socialmente: heterossexual e cisgênero (pessoa que se identifica com o gênero ao qual foi designado ao nascer).

Embora o movimento “T” aparente englobar uma gama de diferentes pessoas, é preciso lembrar que dentro deste ainda há as particularidades de cada segmento, mesmo que muitas das lutas sejam por causas similares.

O fato de um evento como esse ocorrer pacificamente no país que mais mata travestis e transexuais no mundo é a prova de que a cultura e a sociedade em si passam por transformações, uma vez que ao longo do tempo as novas gerações se tornam mais abertas e questionadoras com relação àquilo que não se enquadra nos moldes pré-estabelecidos socialmente, e ao que de fato é o padrão. Entretanto, ainda nos encontramos no processo de quebra de paradigmas e pré-conceitos a muito existentes, o que resulta em um momento de atuação política e de luta por direitos por parte da comunidade LGBTQ+ em diversos âmbitos.

A invisibilidade trans-masculina na sociedade e a baixa representatividade dentro das mídias continua a perpetuar a ideia de não-encontro do “eu” no meio, pois mesmo que o Ser Humano seja diferente entre si, e que cada um possua suas próprias vivências, há a necessidade de inspiração no outro, principalmente por parte dos (as) jovens para entender como lidar com a fase do descobrimento, autoaceitação e, assim, compreensão de si mesmo. Pensar e debater sobre a existência de homens trans, segundo Almeida (2012) é auxiliar na reafirmação da existência de diferentes identidades, num espectro onde o Ser Humano não se mantém mais preso em dicotomias, em polos extremos. E quanto mais cedo abordado, adquire um papel importante na vida de outras pessoas, por isso se torna fundamental levar discussões referentes às diferentes masculinidades e maneiras de “ser homem” a ambientes escolares, em ações comunicativas e participativas, onde se possa fazer entender o grande leque existente em meio a isso.

Compreender que os corpos viventes são diversos e que suas relações entre si se fazem também distintamente é dialogar sobre como as questões de identidade de gênero não se limitam às genitálias, se ampliam para a expressão do indivíduo e sua própria identificação na sociedade. Sendo assim, entendemos que ser homem não consiste unicamente em possuir o órgão sexual pênis.

4. CONCLUSÕES

A constatação da necessidade de diálogo e visibilização de homens trans não apenas em âmbito social como dentro da própria comunidade LGBTQ+ trouxe ao projeto de extensão “Mapeando a Noite: O Universo Travesti” uma ampliação no campo de pesquisa e, também, nas questões a serem tratadas para além do ambiente acadêmico em si, em práticas que atingem diretamente os mais jovens.

Posto que o projeto de extensão tem por intuito não apenas entender essas demandas, mas sim dialogar com a comunidade, refletir a respeito de uma movimento existente e inferiorizado tem se tornado uma das questões fundamentais a serem pautadas nas ações futuras do projeto junto à escolas na cidade de Pelotas, por ser local privilegiado para a libertação, uma vez que é por meio do debate, discussão e diálogo que é dada a possibilidade de compreensão

da realidade que está a nossa volta (FREIRE, 1991,1994, 1996a, 1996b apud BONA; VAZ 2016, p.2). Estas reflexões, feitas a partir da relação universidade e comunidade LGBT+ farão parte das oficinas que serão realizadas nos próximos meses com alunas (os) do ensino fundamental da cidade de Pelotas, fortalecendo a tríade ensino, pesquisa e extensão universitária.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Guilherme. **‘HOMENS TRANS’: NOVOS MATIZES NA AQUARELA DAS MASCULINIDADES?**. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto/2012.

BONA, de Viviane; VAZ, Pollyanna G. A. B. PAULO FREIRE E A ESCOLA COMO ESPAÇO DE RELAÇÕES E DIÁLOGO NA PERSPECTIVA DAS CRIANÇAS. In: **IX COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE. RECIFE**, 2016. Anais do IX Colóquio Internacional Paulo Freire da UFPE. Recife: Editora UFPE, 2016.

CARRARA, Sérgio., CARVALHO, Mario. **Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil**. Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana [en linea] 2013, (Agosto-).

PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método**. Universidade de Brasília. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

TRANS(VERSO). Direção e produção de Danyllo Rocha e Nina Rocha. Espírito Santo: Danyllo Rocha, 2016. Acessado em 13 ago. 2018. Online. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NabOXgLnlw>.

VELHO, Gilberto C., A. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE ENSINO E EXTENSÃO RELAÇÕES ÉTNICO/RACIAIS UCPEL.

THAIS CAROLINA COITINHO¹; CARLA ÁVILA²

Universidade Católica de Pelotas – Thaiscxc@hotmail.com
Universidade Católica de Pelotas – carla.avila@ucpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o trabalho realizado no Projeto de Ensino e Extensão Relações Étnico/Raciais UCPEL, originado a partir do grupo de estudos Questões Étnico/Raciais no ano de 2013, coordenado pela docente Carla Ávila, como grupo de estudos e transformado em Projeto de Extensão do ano de 2017. O Projeto conta com a participação de acadêmicos de diversos cursos e de outras universidades, buscando a integração de diversas áreas de conhecimento, a problematização, estudo e debate, vinculando os estudos teóricos com as vivências e acontecimentos presenciados no cotidiano.

O propósito do projeto é debater e problematizar as questões étnico-raciais da sociedade brasileira, onde são realizados encontros semanais para estudos teóricos, criação e aplicação de oficinas junto à comunidade e realização da atividade “Consciência Negra UCPEL: Amplie a Sua!”

Relacionando a teoria com a prática, estudamos e debatemos os textos pré-selecionados, que variam de livros, artigos, revistas e notícias, sendo de tema central o racismo, analisando as diferentes apresentações do mesmo em nossa sociedade.

O grupo iniciou com a finalidade de questionar, debater e estudar autores que dialogam as questões raciais, desde sua teoria histórica à perspectiva social e psicológica que atinge a população negra.

Em 2018, a temática definida foi racismo e sofrimento psíquico e para aprofundar o tema no sentido de perceber elementos que constituem o racismo como um fenômeno estrutural da sociedade brasileira. Para problematizar a noção de branqueamento a autora Ana Célia Silva (2007) nos remete a pensar a representação fenótipo nas relações pessoais, onde a ideologia do branqueamento, buscava uma hegemonia do sangue caucasiano que embranqueceria a população, ocasionando uma distinção e afastamento entre os grupos, no pretexto de uma raça ser superior a outra.

Grandes nomes como Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Afrânio Peixoto, entre outros defendiam o branqueamento como forma de purificar e manter a superioridade dos brancos e o genocídio dos negros. O que por muito tempo perdurou essa ideia de sangue puro na sociedade brasileira, com o incentivo do governo, trazendo imigrantes, oferecendo oportunidades de terras e emprego a fim de objetivar o branqueamento da população e a longo tempo o extermínio da população negra e conseqüentemente sua cultura (SILVA, 2007).

Isso reflete-se nas relações sociais até os dias atuais, em que adota-se culturas e comportamentos impostos por um jeito de ser e viver não conectado com elementos identitários da negritude, que fazem parte de um produto do branqueamento, aceitando discursos em que o senso comum promulga a culpa

do racismo no próprio negro, não fazendo menção ao papel das estruturas nessa discussão, como seus privilégios são destinados a um grupo racialmente priorizado, no caso os não-negros, não possibilitando assim a compreensão do racismo como uma questão estrutural da sociedade brasileira.

Questionar o porquê de não mencionar a relação do branco com as questões raciais, com o próprio racismo, é negar que fazem toda diferença nas relações de desigualdades e de certa forma responsáveis pela situação vivida e discriminada da população negra. Com isso desenvolvendo esse senso de responsabilidade, a oportunidade de dialogar com todos os grupos sociais ações afirmativas que visem a igualdade de direitos e oportunidades, indiferentes de fenótipos raciais.

2. METODOLOGIA

O estudo teórico para os encontros semanais, deu-se a partir da escolha do tema a ser aprofundado, sendo no ano de 2018 o tema Psicologia e Racismo, através da leitura do livro “Psicologia Social do Racismo, estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil de Iray Carone e Maria Aparecida Bento (2002)”. As organizadoras do livro o dividiram em nove capítulos, escrito por diferentes autoras, perpassando por contextos históricos do racismo; A ideologia do branqueamento como padrão ideal na sociedade brasileira; Entrevistas que analisam as relações sociais racistas; O senso e a relação de identidade racial; Origem étnica e as consequências emocionais e psicológicas; Etnocentrismo e as relações preconceituosas; Uma sociedade que camufla a desigualdade racial; Mídia e racismo e por último a Ideologia racial analisada por um militante negro. Neste ano a metodologia do trabalho foi dividida em três momentos. O primeiro semestre e meados do segundo foi dedicado a leitura do livro. No segundo a criação e aplicação de uma oficina prática sobre o tema, que será aplicada a diferentes grupos sociais organizados na UCPEL e na cidade de Pelotas e posteriormente a realização no mês de novembro da atividade “Consciência Negra UCPEL: Amplie a Sua!”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Iniciou-se com a leitura semanal dos capítulos do livro para posterior organização de oficinas pedagógicas e reflexiva a serem realizadas junto a sociedade civil, relacionando os pontos centrais do texto à experiências cotidianas apontadas durante os encontros do grupo. Após a organização do evento “Consciência Negra UCPEL: Amplie a Sua!”, realizado todos os anos, no mês de novembro, nas dependências da instituição.

Escolhido a temática central do evento, convidamos palestrantes para debater junto à comunidade acadêmica e a todos que se fizerem presentes, pois o evento é aberto a comunidade, a expor um debate didático e informal, propiciando a participação e acolhimento de todos.

No ano de 2017, início do projeto de extensão, realizamos essa mesma metodologia com a leitura do livro “Cultura Brasileira e Identidade Nacional” de Renato Ortiz, focando nas teorias racialistas que sustentam o imaginário racializado da sociedade brasileira e os motivos que mascaram desigualdade racial em nossa sociedade. Foi realizado uma oficina com crianças e pré-

adolescentes na Igreja do Evangelho Quadrangular no bairro Jardim Europa, onde os participantes foram instigados a refletir sobre as desigualdades raciais, de forma lúdica e participativa, com auxílio de bonecas e figuras que remetem às representações negras em nossa sociedade. A oficina foi complementada pelo evento “Consciência Negra Amplie a sua UCPEL de 2017 o tema escolhido foi “Debatendo a identidade negra após as ações afirmativas” as palestrantes foram a Prof.^a Ledeci Coutinho e a mestranda Tais Aguiar. Com isso essa proposta será mantida para esse segundo ano do Projeto, com a temática do “Racismo e Sofrimento Psíquico” articulando com o ideário de branqueamento proposto pelas leituras realizadas no primeiro semestre de 2018.

4. CONCLUSÕES

O Projeto de Extensão Relações Étnico-Raciais UCPEL , se propõe a transformar noções teóricas centrais de entendimento e combate ao racismo, em atividades práticas e reflexivas, pois como nos mostra as obras de Ortiz (2012), Carone & Bento (2014), pode-se perceber que o racismo por fazer parte da estrutura social brasileira, afeta psicologicamente, fisicamente e socialmente, causando a discriminação e a desigualdade. Há a necessidade de dialogar e trabalhar as questões étnico/raciais com as pessoas legitimamente afetadas e prejudicadas. Essa é a finalidade do projeto, problematizar e estender o conhecimento teórico relacionado ao cotidiano, possibilitando o debate junto à sociedade civil.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARONE, I. & BENTO, M. A. S. (Orgs.). **Psicologia Social do Racismo, estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petropolis:Vozes, 2002.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense: 2012

SILVA, Ana Celia . Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade. NASCIMENTO, Antonio Dias. and HETKOWSKI, Tânia Maria., orgs. **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007. cap.6. 310p., p87-101.

JOÃO DE BARRO ESCRITÓRIO MODELO DE ARQUITETURA E URBANISMO: EXPLORANDO OS LIMITES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SUPERANDO O MODELO DE PRODUÇÃO DE ARQUITETURA A PARTIR DE PRÁTICAS POPULARES E INCLUSIVAS

VINÍCIUS DIAS DE PAULA¹; ADRIANA TEIXEIRA CAMISA²; ANDRÉIA TEIXEIRA
CAMISA³; THIFANI GOMES ORTIZ MACHADO⁴; NADIANE FONTES CASTRO⁵;
ANDRÉ DE OLIVEIRA TORRES CARRASCO⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – vinciussdias-rs@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – adrianat.camisa@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – andreiat.camisa@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – thifani.ortiz@outlook.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – castronadiane@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – andre.o.t.carrasco@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Os Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAUs) são projetos de Extensão Universitária criados por estudantes após um longo período de censura de ideias e crise política, entre as décadas de 1960 e 1980, resgatando e recolocando em pauta a autonomia estudantil. Têm como ponto de partida a discussão a respeito da vivência e das práticas dos estudantes durante a graduação, buscando não somente complementar a formação universitária, mas também afirmar um compromisso com a realidade social das comunidades onde as universidades estão inseridas, desenvolvendo atividades de assessoria técnica.

Desde então, passado o período da ditadura, diversos grupos, em várias universidades do Brasil, têm se organizado nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, a partir de suas peculiaridades locais. Apresentam como objetivo comum a busca por alternativas que superem o padrão convencional de produção da cidade, a partir de processos participativos, coletivos e integradores, alinhados pelo extensão popular e tendo em vista um modelo socialmente equilibrado e responsável.

Na Universidade Federal de Pelotas (UFPEl) o EMAU surge nos anos 80 atuando como um núcleo de extensão dentro da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Em 2014 ocorre um processo de reestruturação interna onde ele passa a se chamar João de Barro Escritório Modelo (JoãoBEM), organizando-se como núcleo voltado a extensão popular, que acredita na sua indissociabilidade em relação ao ensino e a pesquisa. O JoãoBEM é formado por um grupo que busca a construção de uma experiência de autonomia a partir de uma organização horizontal, composto por estudantes da unidade e um professor orientador. Também está aberto para a colaboração de alunos de outros campus, estudantes de pós-graduação e outros professores, a partir de propostas e atividades diversificadas que debatam o modelo de ensino e extensão universitária. Sua orientação política fundamenta-se na transdisciplinaridade, pautando as trocas mútuas e constantes de saberes entre a comunidade, a sociedade e a universidade, visando a democratização e a ampliação do acesso da Arquitetura e Urbanismo. Busca-se também romper com o padrão hierarquizado presente em nossa sociedade que é reproduzido dentro da universidade, na medida em que no grupo todos integrantes possuem protagonismo nas tomadas de decisões.

Ao longo dos processos de atuação do JoãoBEM, nota-se as particularidades de se atuar em uma cidade média e do interior como Pelotas. A cidade tem aproximadamente 340 mil habitantes e um grande problema de moradia e precariedade urbana que atingem cerca de um terço de sua população, de acordo com dados da prefeitura. A ausência de organizações de base e movimentos sociais e a carência de incentivo que busquem atender a essa grande demanda por assistência técnica e moradia na cidade, acabam por produzir dificuldades na atuação do grupo junto a comunidades não organizadas.

Entendendo essa perspectiva percebe-se o compromisso social que a Universidade enquanto entidade Pública e gratuita, até o momento, deve ter com a sociedade. Por isso, ampliar o direito à cidade, lutar por condições dignas de viver e pelo direito à moradia devem ser pautas prioritárias em sua práticas e ações. Bem como ao profissional de arquitetura e urbanismo, devem ser prioridades em seus atos e intervenções pautar à moradia qualificada, os serviços públicos adequados e o acesso à terra urbanizada juntamente com outras demandas sociais.

2. METODOLOGIA

Visando a acesso à cidade mais justa e igualitária, o João de Barro Escritório Modelo busca atender e atuar com demandas de caráter coletivo, pois entende-se que estas beneficiam um maior número de pessoas, dentro de cada problemática inserida, e geram assim um impacto mais positivo e de maior abrangência na sociedade. As demandas se aproximam de diferentes formas, e possuem diversas escalas, desde adaptações de espaços de convívio até a requalificação de uma grande área urbana do município.

Com o aumento do grupo de atuação, nos últimos tempos, e também o crescimento das demandas, buscou-se qualificar a forma como elas estavam sendo trabalhadas e os níveis de resolução em que cada uma se encontrava. Desse modo surgiu a necessidade de organização do EMAU em Grupos de Trabalho (GT's). Atualmente as atividades se estruturam em cinco grupos trabalhos que são os seguintes: GT EMAU: pensa a organização interna do espaço do JoãoBEM, discute possibilidades de atuação e debate os meios de divulgação dos trabalhos; GT Associação de Moradores do Sítio Floresta; GT Praça do Navegantes; GT Espaços de Convivência Leiga e GT Estrada do Engenho: Construção de Plano Popular junto aos moradores ribeirinhos da Estrada do Engenho, ameaçados de remoção.

Todos grupos se organizam autonomamente e possuem horários de reuniões específicos para pautar a discussão dos projetos. Os encaminhamentos tomados por cada grupo são discutidos nas reuniões gerais do EMAU, que acontecem uma vez por semana. Além disso, são realizados grupos de estudos e ciclos de formação para que os estudantes compartilhem seus conhecimentos, tornando acessível e amplo a todos. Há como foco os temas do processo participativo, organização horizontal, construção coletiva, direito a cidade, luta e acesso a moradia, entre outros relacionados com as dinâmicas sociais. Também são realizadas oficinas de projeto abertas a toda a comunidade acadêmica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na busca por enfrentar o processo de acirramento das desigualdades urbanas, resultado, entre outras coisas, da consolidação de um pensamento e práticas arquitetônicas a partir de uma perspectiva elitista, um questionamento

que norteia a atuação do EMAU é: Para quem e por quem tem se produzido arquitetura e urbanismo atualmente?

Diante disto, por exemplo, o GT Estrada do Engenho está trabalhando em um projeto de moradia e urbanização junto com moradores da Estrada do Engenho que estão sendo ameaçados de remoção. O grupo realiza diversas reuniões com a comunidade com o intuito de dar voz, visibilidade e incentivá-los a ser agentes ativos da mudança social. Também realizam-se alguns ateliês verticais, nos quais participaram a comunidade e os estudantes, em um processo de troca, para a construção conjunta de um projeto desta escala. A ideia é que este material sirva como ferramenta de luta para os moradores para a conquista de uma moradia qualificada. Este foi o maior projeto desenvolvido pelo núcleo e também um bom exemplo de que é possível construir propostas conjuntas com a comunidade, indo além da sala de aula, articulando o direito à cidade em conjunto com dever social da universidade pública e pondo em prática os ideais de luta do Escritório Modelo.

Uma das reflexões levantadas a partir da atuação do JoãoBEM é a valorização do processo nas diferentes formas de se fazer arquitetura, percebendo que arquitetura e urbanismo vão muito além de um produto e incentivando e a participação de todos os envolvidos.. Com a inserção da comunidade o processo projetual fica mais complexo pois incentiva seu protagonismo em um ciclo de transformação permanente envolvendo política e culturalmente diversos agentes, resultando assim em um espaço coletivo e conjunto de reflexão, ação e construção sobre os contextos inseridos.

Outra questão fundamental que se nota em todas as atividades realizadas pelo EMAU, tendo em vista que a produção e a compreensão do espaço não são áreas de atuação exclusivas da arquitetura e urbanismo, é a necessidade da interdisciplinaridade nas atividades de extensão.. Esta relação interdisciplinar pode ser articulada no contato com coletivos, organizações individuais, comunidades internas e externas à Universidade e outras áreas do conhecimento, conectando o saber popular e o saber acadêmico. Diante destes pontos citados o João de Barro Escritório Modelo, constrói um espaço de resistência dentro da universidade, criando em conjuntos com as comunidades atuantes novas alternativas que superam o modelo atual de arquitetura e urbanismo produzido e na cidade Pelotas, e exploram os limites de atuação da extensão dentro da Universidade Federal de Pelotas.

4. CONCLUSÕES

Na atual conjuntura e na situação de desmonte e precariedade da universidade pública, percebe-se a extensão como uma das áreas mais prejudicadas. O corte de verbas e o limite de recursos e infraestrutura fragilizam a atuação de espaços como o Escritório Modelo, que dialogam com comunidades invisibilizadas pelo Poder Público e constroem possibilidades de transformação dos seus contextos, fortalecendo e incentivando a organização de base a partir de experiências políticas pedagógicas. O trabalho de extensão popular tem contato com muitas dinâmicas alternativas e por isso se faz essencial para a formação do Arquiteto e Urbanista, uma vez que a análise e a intervenção muda de acordo com as especificidades de cada local, e também, conforme os distintos contextos políticos ao qual estão inseridos. Além disso, é de suma importância democratizar o processo de construção projetual de arquitetura e urbanismo desenvolvendo a participação das comunidades, pois assim é possível entender suas diferentes relações com os espaços e as dinâmicas da produção da cidade, possibilitando

assim um exercício de prefiguração do futuro e legitimação social das demandas de cada área. Assim amplia-se o acesso à assessoria técnica em Arquitetura e Urbanismo, e também realiza-se a vivência e o compartilhamento dos saberes, destacando-se o projeto como uma das ferramentas de lutas e de extrema importância em espaços de disputa. O JoãoBEM caracteriza-se, desse modo, como lugar de resistência e permanência pois contesta o processo hierarquizado pré estabelecido dentro da universidade e amplia a autonomia estudantil, mostrando-se favorável às políticas afirmativas e potencializando ainda mais o protagonismo e o lugar de falar de pessoas em situações de vulnerabilidade dentro da sociedade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Javier Fernandez. Barrio 31. **Posibilidades y límites del proyecto urbano en contextos de pobreza**. IEHu, Bs As, 2010

CARRASCO, A.O.T. **Os Limites da Arquitetura, do Urbanismo e do Planejamento Urbano em um Contexto de Modernização Retardatária**. 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.